

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 5018/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailier Esgaib 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 7.8 a 5.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008762-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5020/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira 13 (treze) dias de folga compensatória, sendo 11 (onze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado e 2 (dois) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos no período de 16 a 28.8.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008769-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4982/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 20.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008815-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4996/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008935-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 5023/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos no período de 21.8 a 19.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008966-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° e-1379/2023/PGJ, DE 1.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Thiago Simioli Holsback, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 10 a 19.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-1380/2023/PGJ, DE 1.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Carlos Gonzalez Fernandes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 22 a 31.7.2024 e de 9 a 18.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1381/2023/PGJ, DE 1.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1565/2022-PGJ, de 29.11.2022, que concedeu férias ao servidor Carlos Gonzalez Fernandes, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 6 a 15.12.2023", passe a constar: "ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 8 a 17.1.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1382/2023/PGJ, DE 1.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Marcio Henrique Hada, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024 e de 14 a 23.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1383/2023/PGJ, DE 1.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Paulo Henrique Sanches, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.9.2024 e de 23.10 a 1.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1384/2023/PGJ, DE 1.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Luiz Leonardo Villalba, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024, de 8 a 17.7.2024 e de 18 a 27.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1385/2023/PGJ, DE 1.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Marina Carrato Correa, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 1 a 10.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1386/2023/PGJ, DE 1.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Marta Josefa da Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.4.2024 e de 4 a 13.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1387/2023/PGJ, DE 1.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Millena Alves Ferreira Goncalves de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 27.1.2024 e de 10 a 19.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1388/2023/PGJ, DE 1.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Leonardo Daguila da Silva, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.1.2024 e de 1 a 10.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 25.1 a 3.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-1389/2023/PGJ, DE 1.II.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Kelvin Alexandre Garcia, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.3.2024 e de 9 a 18.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS, FMB E PITÁGORAS**

Processo: 09.2023.00008919-4

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
- 2- **FUNDAÇÃO MANOEL DE BARROS**, representada por **Marcos Henrique Marques**;
- 3- **PITÁGORAS SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SOCIEDADE S.A.**, representada por **Cristiano Miranda Cupertino**.

Amparo legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e no Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Objeto: A cooperação mútua entre a FMB, a PITÁGORAS SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SOCIEDADE S.A. e o MPMS para realização de um programa de rádio para esclarecimentos e informações do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul em benefício a sociedade, intitulado MP NOTÍCIAS, a ser veiculado na emissora de Rádio da FMB, UNIDERP FM 103,7.

Vigência: 23.10.2023 a 23.10.2025.

Data da assinatura: 23 de outubro de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0006/2023/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 – Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001538-6

Requerente: Italivio Mendes

Requerido: A Apurar

Assunto: Analisar denúncia de irregularidade no Pregão Eletrônico n. 0004/2022 da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ/MS (Processo: 11/014.383/2021 - Contratação de empresa no fornecimento e instalação de Solução Integrada para Missão Crítica de Tecnologia da Informação e de Comunicação com alta disponibilidade, composto por ambiente modular seguro certificado ABNT NBR 15.247 e seus subsistemas, serviço mensal de manutenção preventiva e corretiva com monitoramento online, serviço de Moving sob demanda, serviços de substituição das baterias e capacitores dos UPS sob demanda, serviço de substituição do gás NOVEC 1230 sob demanda, serviço de abastecimento de diesel sob demanda, com fornecimento e instalação de peças, acessórios e materiais necessários para instalação e manutenção), vencido pela empresa GREEN4T Soluções TI Ltda..

Campo Grande/MS, 27 de outubro de 2023.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

EDITAL N. 0029/2023/32PJ/CGR

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00001191-7

REQUERENTE: 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

REQUERIDO: Apurar se o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), em Campo Grande, está em acordo com as diretrizes traçadas pelo Ministério da Saúde, para atendimento às necessidades de saúde da população.

Campo Grande, MS, 30 de outubro 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.ª Promotora de Justiça da Saúde Pública

**EDITAL N. 0030/2023/32PJ/CGR**

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00001197-2

REQUERENTE: 32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS.

ASSUNTO: Apurar a suposta insuficiência de oferta de vagas na especialidade de Endoscopia Respiratória ou Broncoscopia para atender a demanda na Rede Municipal de Saúde de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 30 de outubro de 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

EDITAL N. 022/2023/76PJ/CGR

A 76.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a conversão de Notícia de Fato em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00000654-7

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Secretaria de Estado de Saúde

OBJETO: Averiguar possível falha e omissões na realização de transporte dos pacientes para realização de transplante dentro e fora do Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, MS, 30 de outubro de 2023.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

BANDEIRANTES

EDITAL N. 0020/2023/PJ/BND

Inquérito Civil n. 06.2023.00001217-1

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes da Comarca de Bandeirantes, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro - 79430-000 - Bandeirantes, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001217-1

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Câmara Municipal de Bandeirantes

Assunto: Apurar a regularidade dos cargos de provimento em comissão, bem como sua proporcionalidade com a necessidade que visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos, além do suposto desatendimento do interesse público ao inserir o cargo de controlador interno no grupo de cargos comissionados.

Bandeirantes, 01/11/2023

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor(a) de Justiça

**EDITAL N. 0021/2023/PJ/BND**

Inquérito Civil n. 06.2023.00001218-2

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes da Comarca de Bandeirantes, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro - 79430-000 - Bandeirantes, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001218-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar eventual irregularidade na suspensão do recolhimento das contribuições dos servidores públicos do município de Bandeirantes ao INSS, bem como suposto prejuízo ao patrimônio público em razão de tal medida.

Bandeirantes, 01/11/2023

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor(a) de Justiça

CAARAPÓ

EDITAL Nº 0006/2023/01PJ/CRP

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado em 23 de outubro de 2023, tendo como compromitente o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, através da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, e como compromissários *ELÍCIO ROCHA FILHO*, RG nº 1022781 SSP/MS, CPF nº 851.293.801-31, residente e domiciliado na Av. Bonifácio Fernandes, nº 1371, centro, em Juti/MS; *LUZIA APARECIDA ARAÚJO ROCHA*, RG. nº 671737 SSP/MS, CPF nº 582.053.901-00, residente e domiciliada na Av. Sérgio Maciel, nº 1145, centro, em Juti-MS; *JOSÉ CARLOS COELHO DA SILVA*, RG. nº 559236 SSP/MS, CPF nº 541.798.051-34, residente e domiciliado na Rua Goiás, nº 579, centro, em Juti/MS; *SIMONE APARECIDA DE PAULA FREIRE URBIETA*, RG nº 1177001 SSP/MS, CPF nº 012.844.651-01, residente e domiciliada na Rua Santa Catarina, nº 747, Centro, em Juti/MS; *VANDO ADÃO CLAUDINO*, RG nº 583924 SSP/MS, CPF nº 465.288.301-34, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 726, centro, em Juti/MS; *CARLOS ANTÔNIO TOMAZELI*, RG nº 943836 SSP/MS, CPF nº 715.332.491-72, residente e domiciliado na Rua Santa Helena, Zona Rural, em Juti/MS; *NELSON GONÇALVES RODRIGUES*, RG nº 6798651 SSP/SP, CPF nº 519.167.118-04, residente e domiciliado na Av. Sérgio Maciel, nº 843, centro, em Juti/MS; *EDIMAURO DA CRUZ LIBERT*, RG nº 975430 SSP/MS, CPF nº 951-945.091-20, residente e domiciliado na Av. Sérgio Maciel, nº 1104, centro, em Juti/MS; *DEUNIZAR DA SILVA DIAS*, RG nº 1902382 SEJUSP/MS, CPF nº 029.549.501-45, residente e domiciliado na Rua Paraná, nº 75, centro, em Juti/MS; firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2023.00000935-5, instaurado com o objetivo de apurar eventuais irregularidades/ilegalidades na realização de diárias e no pagamento aos Vereadores do Município de Juti. Os autos do referido procedimento, assim como a íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta, podem ser integralmente acessados via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Caarapó/MS, 31 de outubro de 2023.

FERNANDA ROTTILI DIAS

Promotora de Justiça

**0014/2023/02PJ/CRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011470-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Vidal Subtil de Oliveira Sobrinho e outros.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2022.00000296-9.

Caarapó-MS, 01 de novembro de 2023.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0055/2023/PJ/DPS.**Inquérito Civil Nº 06.2023.00001168-3.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2023.00001168-3, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS, Agência Municipal de Meio Ambiente de Deodápolis/MS.

Interessado: Luiz Magno Bonelli.

Objeto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel rural localizado na 12ª Linha, Poente, Km 01, Lote 27 da Quadra 77, em Deodápolis/MS e eventuais danos ambientais causados à Área de Preservação Permanente do Córrego Sucuri.

Deodápolis/MS, 30 de outubro de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0003/2023/GACEP/DPS.**Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições Nº 09.2023.00011457-7.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2023.00011457-7, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, GACEP / MPMS.

Interessado: Delegacia de Polícia Civil de Deodápolis/MS.

Objeto: Formalizar o exercício do controle externo da atividade policial consistente na realização de visita técnica a Delegacia de Polícia Civil de Deodápolis/MS, no mês de novembro de 2023, nos termos do art. do art. 8º, I, da Resolução nº 2/2015-CPJ e do art. 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007.

Deodápolis/MS, 01 de novembro de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,

Promotor de Justiça.



DOURADOS

EDITAL Nº 0010/2023/16PJ/DOS

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000482-7 em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000482-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Projetando Construtora e Incorporadora Ltda, Presidente da Câmara de Vereadores de Dourados-MS e Outros a apurar.

Assunto: Apurar notícia indicativa da existência de irregularidades no processo licitatório que teve por objeto a "contratação de pessoa jurídica, especializada na execução de obra para reforma e ampliação da sede do Palácio Jaguaribe, para atender as demandas da CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADOS/MS".

Dourados, 01 de novembro de 2023

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº 0025/2023

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010760-0, que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 2020-9344.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010760-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Vicentina/MS

Objeto: *Subsidiar elementos para instruir o cumprimento de sentença em ação civil pública n. 0001668-25.2007.8.12.0010, referente à realização de obras de reparação dos danos causados no imóvel da família Marangão, por meio de cumprimento de projeto de recuperação de área degradada pelo Município de Vicentina, em especial mediante solicitação de apoio ao DAEX/MPMS para realização de perícia.*

Fátima do Sul/MS, 31 de outubro de 2023.

RODRIGO CINTRA FRANCO

Promotor de Justiça

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0013/2023/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Procedimento Administrativo: nº 09.2023.00009803-8

Requerente: Ministério Público Estadual/CAOMA/Núcleo Ambiental

Requerido: Município de Glória de Dourados

Assunto: Acompanhar o Panorama da Gestão dos Resíduos Sólidos relativo a cidade de Glória de Dourados/MS

Glória de Dourados/MS, 27 de outubro de 2023

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JUNIOR

Promotor de Justiça



JARDIM

EDITAL N° 0021/2023/01PJ/JIM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000.

Inquérito Civil n° 06.2023.00001056-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Espólio de Joelson Martinez Peixoto.

Assunto: Apurar possível desmate ilegal de 28,20 ha, ocorrido na Fazenda Cerejeira, de propriedade do Espólio de Joelson Martines Peixoto, localizada no Município de Jardim/MS.

Jardim, 24 de outubro de 2023

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

PORTO MURTINHO

EDITAL N° 0034/2023/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Rua 13 de maio, n.º 444, Centro, CEP 07928-000, em Porto Murtinho/MS.

Inquérito Civil n° 06.2023.00001235-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marco Antonio Ortiz Ferreira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,96 hectares em áreas declaradas como remanescentes de vegetação nativa e Reserva Legal, na Fazenda Morada do Jaó, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 443/23/NUGEO.

Porto Murtinho, 28 de outubro de 2023.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL N° 0012/2023/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, n° 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Inquérito Civil n° 06.2023.00001198-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Auto Posto Mutum Ltda, João Alfredo Danieze

Assunto: apurar eventual favorecimento decorrente do ato administrativo praticado no sentido isentar/cancelar tributo de competência do Município de Ribas do Rio Pardo que, em tese, seria devido pela empresa Auto Posto Mutum Ltda.

Ribas do Rio Pardo, 31 de outubro de 2023

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça